



## TÁTICAS DESENVOLVIDAS POR EDUCADORAS E JOVENS DE PERIFÉRIA PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS CAUSADOS PELA PANDEMIA.

*TACTICS DEVELOPED BY EDUCATORS AND YOUNG PEOPLE IN THE PERIPHERY TO FACE THE CHALLENGES CAUSED BY THE PANDEMIC.*

 **Gabrieli Oliveira da Silva**

Mestranda em Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasil.  
[gabrielioliveira.leo@gmail](mailto:gabrielioliveira.leo@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as vivências de jovens que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) em São Leopoldo (RS) no ano de 2020, no pior período da pandemia da COVID-19. Além disso, compreender as formas pelas quais os jovens enfrentaram as desigualdades em um período em que a pandemia as acirrou ainda mais para os jovens das classes populares. Observou-se que o serviço de SCFV foi, para esse segmento, um espaço de busca de políticas de assistência social sendo, em sua essência, o SCFV um espaço de convivência, cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia do público atendido.

**Palavras-chave:** jovens; vulnerabilidade social; políticas públicas; SCFV.

**Abstract:** The present research aims to approach some perspectives based on Marxist thought for the study and analysis of social movements, based on the importance of political participation placed by Dallari (1991), as well as the pertinence of seeking elements in Marxism for the analysis of social movements, which appeared in Brazil approximately in the 20th century. Using the technique of bibliographic research, the studies developed on primary categories of Marxism unfold into the two categories discussed in the article: 1) Possibilities for the analysis of social movements from the Marxist perspective and 2) Relations between Marxism and social movements; and based on both, I perceive the need to look at social movements in an analytical and not only descriptive way.

**Keywords:** youth; social vulnerability; public policy; SCFV.

### Para citar – ABNT NBR 6023:2018

SILVA, Gabrieli Oliveira. Táticas desenvolvidas por educadoras e jovens de periferia para enfrentar os desafios causados pela pandemia. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 53-65, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.23029>.

## Introdução

Partindo de minha experiência como pedagoga no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) e articulando com meu trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), trago, neste artigo, reflexões acerca da atuação no SCFV (São Leopoldo/RS) com jovens em situação de vulnerabilidade social no período mais grave da pandemia. Nesse sentido, procurei problematizar as identidades desses jovens vinculados ao SCFV, suas ações durante o período de mais caos da pandemia da COVID-19 em nosso país e no mundo, quais políticas públicas ampararam as famílias desses jovens das classes populares, bem como os efeitos da pandemia em suas vidas e na sociedade para subsidiar políticas e programas para as juventudes.

As reflexões neste artigo se deram através da procura dos jovens atendidos no SCFV, que buscavam acesso às políticas públicas na garantia de seus direitos, pois com o fechamento dos espaços devido ao *lockdown* para não proliferação do vírus da COVID-19, algumas famílias dos jovens perderam seus empregos, assim contribuindo para o acirramento das desigualdades. Nessa perspectiva, foi necessária uma reorganização por parte das educadoras para atender as demandas relatadas pelos jovens atendidos no SCFV. Desse modo, foram criadas estratégias de atendimento ao público atendido de forma presencial, assim como dar suporte de forma virtual aos educandos com acesso à internet. Neste período, foi possível perceber que muitos jovens demonstraram uma inconformidade e, ao mesmo tempo, um receio com tudo que estava acontecendo em suas vidas e em nosso país.

Sem dúvida “foi” um dos maiores desafios da minha vida, pois trabalhava pensando em amparar as necessidades básicas das famílias atendidas e, ao mesmo tempo, vivendo com o medo de ser contaminada e terminar como muitas pessoas desse país que não tiveram a possibilidade de serem vacinadas.

## Rede de Apoio

No Brasil, as políticas sociais tiveram início no século XX, resultado de grandes mobilizações dos movimentos sociais, sendo estes fundamentais na luta pelas causas sociais, objetivando buscar e mostrar a responsabilidade da sociedade e do Estado e buscando reduzir os impactos das desigualdades em nosso país. As políticas da assistência social foram instituídas em 1993, através do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dentre outros marcos legais da Assistência Social como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1996, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB-SUAS) de 2005.

Para Melucci (2001), o surgimento das ações coletivas se deu a partir de uma situação de crise, uma luta contra o sistema comum de referência. Uma ação coletiva que se mobiliza para romper o que está imposto, fenômenos coletivos que envolvem solidariedade e reconhecimento na sociedade. Os movimentos sociais são resultados de lutas não pautadas pelo Estado, uma ação coletiva que envolve múltiplos atores que buscam e constroem uma organização para enfrentar os fatores que indicam o seu surgimento. Para Gohn (2011, p. 335), “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Os movimentos adotam diferentes estratégias de manifestações como denúncias, marchas, passeatas, utilização das redes sociais para se expressarem. “Os atores recorrem ao respeito democrático que é devido a todos em nome de sua singularidade e de sua igualdade” (FRANÇOIS, 2020, p. 70).

Portanto, é necessário admitir que os avanços dos movimentos sociais e instituições de direitos e as lutas sociais pela concretização de políticas públicas que garantem a materialização e o reconhecimento, assim como, o acirramento das lutas sociais no atual momento político são inquestionáveis. Reconhecer a história das lutas dos movimentos sociais foi fundamental para a conquista de direitos civis, sociais e políticos, porém, é importante lembrar que o sistema de nossa sociedade e do mundo contribuem para a manutenção da exploração estrutural promovida pelo capital.

Dessa forma, o SCFV exerce suas funções em prol da proteção da criança, do adolescente e sua família, e tem como objetivos desenvolver ações em defesa da manutenção da cidadania, através de práticas educativas que contribuem para redução das desigualdades sociais dos atendidos em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, as práticas e intervenções são pautadas a partir das experiências, vivências, culturas, e são valorizadas as práticas esportivas e lúdicas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Práticas que visam contribuir para o protagonismo, valorização e transformação dos atendidos no SCFV.

O SCFV, integra o conjunto de programas, projetos e serviços da proteção social básica da política assistencial social, que desenvolve estratégias para proporcionar a seus educandos práticas de conscientização e mobilização, assim como na busca de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Esses espaços prestam um serviço público por meio de uma legislação e sua manutenção se dá através da busca por financiamento em agências de fomento e instituições parceiras e convênios com o município.

Um dos objetivos do SCFV é formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de defender seus direitos, que busquem mudar a sua realidade. Para Santos e Lemos (2016), as ONGs fazem da educação o seu principal instrumento de ação social. Nesse sentido, podemos notar que há diversos

modos educacionais no que se refere às possibilidades educativas das ONGs: educação para a convivência, educação para a sobrevivência, educação para a participação e outras tantas, assim na esperança de um futuro melhor e possibilitando condições, ações e possibilidades para autonomia transformação e emancipação. Para Gohn (2011, p. 357), “sociedade civil exigem clara vontade política das forças democráticas, organizadas para a construção de uma sociedade de um espaço público diferente do modelo neoliberal, construído a partir de exclusões e injustiças”.

De acordo com Rocha e Pires (2020, p. 17), “o desenvolvimento de perspectivas multidimensionais, entrelaçadas, interseccionais ou matriciais das desigualdades sociais vem contribuindo para salientar as dimensões de (re)produção histórica, processual e relacional do fenômeno”. Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE (2019), com dados referentes a 2018, confirma-se a tendência de crescimento da desigualdade e da pobreza no país. Os indicadores apontam que a renda média de 1% dos trabalhadores mais ricos subiu de R\$ 25.593 para R\$27.744, uma alta de 8,4%. Já se considerarmos os 5% mais pobres da população, o rendimento do trabalho caiu 3,2%. Neste último grupo de trabalhadores, o ganho médio mensal baixou de R\$ 158 para R\$ 153. A mesma pesquisa indica, ainda, que a renda média, em 2018, era 33,8 vezes maior que o rendimento médio da metade da população com menores rendimentos, cuja renda média mensal girava em torno de R\$ 820. Por outro lado, há o aumento do rendimento médio do 1% mais rico no país, onde o grupo de pouco mais de dois milhões de pessoas abocanhou R\$ 34,8 bilhões de toda renda produzida no Brasil.

Como mecanismo para perpetuar as desigualdades, o sistema capitalista também contribui para a produção das desigualdades. Para Bourdieu e Passeron (1975), a produção consiste no mecanismo de conservação e reprodução das relações de força entre os dominados e dominantes numa estrutura de classes, muito mais que a força econômica, mas através do capital cultural repassado para os indivíduos por meio das práticas pedagógicas e perpetuado na educação de algumas famílias. Os mesmos autores trazem os conceitos de violência simbólica e dissimulação, tendo como objetivo expandir e demonstrar que as relações objetivas ocorrem como instrumentos que são essenciais para que a educação seja um meio de conservação e reprodução das relações de forças dos dominantes sobre os dominados. Ao analisarmos o que a violência simbólica tenta disseminar, é necessário compreender a cultura legítima, apontada de forma que torna absoluta uma cultura dominante porque é imposta sobre todos os sujeitos como a única possível, correta e aceitável, tornando-a, assim, um processo natural.

[...]esconde-se que o sistema capitalista não constitui uma sociedade que corresponde à natureza humana, mas que resulta de um processo histórico que o precedeu. Processo este vincado pela escravidão de seres humanos por outros seres humanos. Ao afirmar-se como novo modo social de produção da vida humana, o capitalismo não aboliu a violência de classe, apenas a redefiniu sob novas bases. E estas novas bases, em sua lógica de competição individualista, tornam a vida humana cada vez menos viável ou sustentável justamente pela destruição do que somos parte, a natureza, e ao mesmo tempo pela exploração do trabalhador (FRIGOTTO, 2021, p. 22).

Neste sentido, com a pandemia da COVID-19 e seus efeitos, o que podemos constatar foi o crescimento das desigualdades e a pobreza no Brasil, sem estratégias para controlar o avanço do vírus. Para Frigotto (2012, p. 19) “As pandemias têm sua raiz na dupla face destrutiva deste sociometabolismo do sistema capitalista que gera a ampliação do desemprego estrutural, o aumento permanente e crescente da pobreza no mundo, a fome, guerras e destruição da natureza da qual somos parte”. O que se viu nos meios de comunicação e nas periferias foi caos e sofrimento, os hospitais públicos sem recursos para amparar a sua população, as escolas públicas periféricas tendo que dar conta de aulas *on-line*, sabendo que muitos estudantes não tinham acesso à internet ou sequer a um telefone, isto é, o desemprego alarmante na vida dos jovens e de seus familiares.

Para os jovens das classes populares essa realidade foi ainda mais difícil, pois ao ver e sentir seus familiares desempregados, passando necessidades, muitos se articularam para criar mecanismos de sobrevivências em suas comunidades com os SCFV, com os educandos participando de vídeos produzidos pela instituição, produção de material para que os repasses continuassem sendo garantidos para manter a entrega de marmitas e cestas básicas para famílias dos jovens atendidos. Um período dramático por conta das crescentes desigualdades sociais e econômicas, de pouco contato físico, de perdas de pessoas próximas e de muita resistência.

A lição e interpelação que a pandemia nos traz é justamente a necessidade de aguçar a consciência crítica negadora das relações sociais de produção capitalistas, que destroem as bases materiais da vida e exploram e expropriam os trabalhadores, e as concepções de natureza, de ser humano, de conhecimento e de educação que as mascaram e as reproduzem (FRIGOTTO, 2021, p. 35).

Para Schlack e Araujo (2022). “En efecto, el espacio público se vive desde la experiencia de la fragmentación espacial, una condición que parece no reversible por lo menos no en el mediano plazo, incluso si la desigualdad social aminorara”. (p.14). Dessa forma, os espaços públicos que antes já demonstravam problemas, com as restrições de atendimento por causa da pandemia, apresentam-se como importantes no cotidiano desses indivíduos das classes populares, seja pela interação e desenvolvimento social como as escolas, seja pela procura de espaços públicos como Serviços de Assistência Social que promovem políticas públicas emergentes para o combate às desigualdades sociais vivenciadas pelos jovens e suas famílias.

### Desafios causados pela falta de políticas públicas na pandemia

Foi notável os desafios vividos pelos jovens das classes populares para manter seus estudos, inicialmente pela falta de Políticas Públicas para amparar as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Com o fechamento das escolas e projetos sociais de contra-turno escolar, muitos jovens, adolescentes e crianças não tiveram as suas principais refeições realizadas nesses espaços, diante do distanciamento social (medida de segurança para conter a propagação do vírus da COVID-19) e o colapso no sistema de saúde pública. Muitos projetos sociais e escolas adotaram medidas de segurança e distanciamento social, mas não puderam atender, pois essas instituições não comportavam espaço suficiente para respeitar o distanciamento social de no mínimo dois metros, recomendado pela Organização Mundial de Saúde no início do ano de 2020.

As proponentes do projeto reconhecem que a pandemia fez aflorar as desigualdades que nosso país possui; no entanto, não a identificam com o ensino presencial na mesma medida em que o fazem com as soluções paliativas adotadas no período (o ensino remoto). A inversão mistificadora, então, se completa: a solução para as desigualdades expressas no ensino remoto, em razão de um poder público incapaz de provê-lo, seria o retorno ao ensino presencial (MINTO, GALZERANO, 2021, p. 40).

Dessa forma, as desigualdades foram ficando cada vez mais visíveis e muitos jovens precisaram de suporte pedagógico para dar continuidade aos seus estudos em suas casas, locais nos quais, muitas vezes, não havia um ambiente adequado para estudar. Nesse contexto, e por reivindicações de alguns estudantes, foram criados espaços dentro das escolas para entrega de material impresso e tirar dúvidas. Isso também aconteceu nos espaços de contra-turno escolar, no qual foi verificado pela Pedagoga os educandos que necessitavam de suporte pedagógico para desenvolver suas atividades escolares. Para Silva, Andrade e Motta (2021, p, 73), “Se havia um quadro altamente desigual em termos de oportunidades educacionais e trajetórias escolares, é certo que a pandemia agravou o problema. No primeiro mês de suspensão das atividades presenciais no Brasil”. Cenário que evidenciou ainda mais a fragilidade do sistema educacional nas escolas públicas de periferias.

Em suma, do ponto de vista das práticas interacionais presenciais, o isolamento social ocasionado pela pandemia provoca um déficit relevante no processo de socialização de crianças e adolescentes fora do âmbito familiar que não pode – e nem deveria ser – analisado apenas sob a perspectiva dos conteúdos curriculares formais transmitidos pelas instituições de ensino (ROSSI, 2021, p. 113).

O ensino remoto foi visto como uma alternativa para dar segmento às aulas, porém há muitos jovens com telefone, mas sem acesso a internet e também há os que nem possuem telefone, dessa forma há uma exclusão dos estudantes que não se enquadram nesse modelo de ensino. Para Rossi (2021, p. 112), “o uso dessas novas tecnologias, o que inclui, muitas vezes a necessidade de

aquisição de novos equipamentos, produtos licenciados, a adaptação dos espaços do lar para a conciliação de atividades de trabalho, de ensino-aprendizagem e de caráter privado”. Foi nesse momento que muitos jovens e adolescentes buscaram ajuda e apoio no SCFV, pois foi um espaço que se manteve aberto mesmo com escala e redução no quadro de funcionários. Uma vez por semana a Pedagoga do espaço atendia de forma individual os educandos que estavam com dúvidas ou até mesmo não sabiam como iniciar os exercícios impressos entregues pela escola.

Nos meses iniciais da pandemia, o empresariado brasileiro contribuiu para disseminar a ideia de que a educação não podia parar e, portanto, era urgente a adoção do ensino remoto. Após meses de fechamento das escolas e numa situação de descontrole e de ausência de medidas efetivas para a garantia de segurança sanitária aos estudantes e trabalhadores/as das escolas, passaram a defender a reabertura das instituições educacionais e a adoção do ensino híbrido (MINTO, GALZERANO, 2021, p. 46).

Nesse contexto, foi possível perceber o quanto alguns jovens, apesar de suas condições sociais, não perderam a vontade de lutar contra todas as adversidades que estavam passando no pior momento da pandemia da COVID-19. Muitos buscaram o espaço para desabafar, trazendo questões vivenciadas em suas casas como, por exemplo, violências, angústias, medos de um futuro incerto, até então sem perspectiva de distribuição de vacinas para a população.

A noção de sociedade do conhecimento oculta que a ciência é cada vez mais privada e não há acesso, portanto, igual para todos. A produção da vacina contra a Covid-19 não se constituiu patrimônio comum da humanidade e sim uma fonte extraordinária de lucros dos grandes laboratórios. Do mesmo modo, qualidade total, competência, habilidades socioemocionais, empregabilidade, empreendedorismo e protagonismo juvenil debitam a cada indivíduo, independentemente de sua origem de classe e do desemprego estrutural, a integrar-se no mundo da produção e buscar seu lugar na sociedade. Trata-se, portanto, de uma vulgata ideológica que acaba culpando os desempregados e os excluídos por sua exclusão (FRIGOTTO, 2021, p. 27).

Para Frigotto (2021, p. 26), “Dentro desta nova materialidade das relações sociais agravam-se a desigualdade e a pobreza, e a tendência de governos de forças políticas de direita ou extrema direita que se apoiam na violência para garantir o lucro dos grupos que detêm o capital”. As Políticas Públicas como o Auxílio Emergencial, por exemplo, tiveram grande importância, apesar da demora e de muitos pedidos negados, muitas famílias puderam contar com o valor deste auxílio para sobreviverem em um momento mais crítico da pandemia da COVID-19. A situação de des-caso com a pandemia e com as famílias passando fome, a incapacidade do governo federal de aceitar a vacina e não incluir a população pobre no orçamento público, levou muitas famílias a uma maior vulnerabilidade social.

Em plena crise sanitária e humanitária, o quadro político nos impõe um grande desafio: conter o desmonte do caráter público da educação, mesmo que nos limites da função histórica do Estado burguês e da formação social brasileira de capitalismo dependente, em dois pilares fulcrais da conjuntura hodierna, a extrema direita junto com o fundamentalismo religioso e a intensificação do processo de mercantilização e de mercadorização da educação. Duas lógicas privatistas que reúnem um pensamento único – educar as massas para a conformação e apropriar-se do fundo público (SILVA, ANDRADE, MOTTA, 2021, p. 76).

Compreender essas ações coletivas dos jovens contra as desigualdades em um momento tão complexo da pandemia, também trouxe reflexões para muitos jovens das classes populares, pois muitos enfrentaram, se não a fase mais crítica, um período bem difícil, seja por sua condição social, seja pelo aumento do empobrecimento de suas famílias. Isso gerou um desafio maior para a sobrevivência dos jovens da periferia, desafio esse que antes da pandemia já era um fator marcante em suas vidas. Neste sentido, muitos jovens demonstraram um descontentamento em relação ao caos vivenciado no período mais crítico da pandemia.

Las experiencias sociales compartidas e interclase se reducen a su mínima expresión, las fronteras simbólicas entre “nosotros” y los “otros” se multiplican y endurecen, los marcos y repertorios culturales se distancian hasta tornarse inconmensurables, y las subjetividades pierden cualquier anclaje común que permita una mínima empatía. Es decir, la fragmentación supone un salto cualitativo respecto a la desigualdad, involucrando no solo diferencias económicas, sino ahora también dimensiones sociales, culturales y subjetivas que consolidan espacios de inclusión desigual y exclusión recíproca (SARAVI, 2015, p. 288).

### **Ser jovem periférico**

Ser um jovem de periferia implica lidar com estigmas presentes no senso comum, que normalmente desqualificam esses jovens por conviverem em regiões violentas, com pontos de tráfico de drogas e criminalidade. Nesta perspectiva, muitos jovens buscam espaços dentro de suas comunidades nas quais suas potencialidades e experiências sejam reconhecidas. Para Dayrell (2007, p. 1108), “os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil”. Desse ponto de vista, ser um jovem das classes populares é um desafio cotidiano.

Um dos modos de ser jovem tem relação com a condição socioeconômica da qual ele pertence. Isso desmistifica a aparente homogeneidade da juventude, que é comum nos discursos políticos e nas intervenções opressoras. Os estilos musicais, a forma de se vestir, os gostos e as preferências, os estilos de vida e os espaços frequentados pelos jovens são produtos diretos das condições econômicas em que vivem. Nesse sentido, podem ser interpretados como símbolos de pertença a uma determinada classe social e como forma de resistência à ideologia dominante. Assim,

também considero, a partir das teorizações referenciadas, que a juventude se refere a uma etapa de vida, significada pela cultura, que é vivida de forma distinta segundo sua condição social, à qual os jovens pertencem e que determinam modos específicos de inserção social.

Para Charlot (2000, p.32), trata-se de “um ser humano, aberto a um mundo que não se reduz ao aqui e agora, portador de desejos e movido por esses desejos”. Esse ser social nasce e cresce em uma família que ocupa uma posição na sociedade na qual se relaciona. O autor afirma também que todo ser humano é um sujeito social, pois é único e singular, tem uma história e interpretar o mundo dará sentido a sua existência. Desse modo, o jovem deve ser reconhecido como um sujeito social, pois a condição humana é vista como um processo, em constante mudança, o sujeito se constitui como ser humano à medida que se mobiliza e desenvolve suas potencialidades humanas.

Ao buscar compreender as juventudes é necessário referirmos em quais condições vivem esses jovens, pois existem diferentes vivências juvenis. No caso dos jovens de periferia, sua condição social vai influenciar em sua trajetória de vida, um desafio constante para assegurar sua própria sobrevivência. Neste sentido, a juventude tem suas especificidades e, de acordo com o meio social que está inserida, desenvolve e constitui suas relações. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades, religiões, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (DAYRELL, 1999).

Os jovens da periferia já enfrentavam o crescimento das desigualdades, porém com a pandemia e os efeitos causados pelo vírus da Covid-19 e a falta de políticas públicas para combater as desigualdades das classes populares, a vulnerabilidade social se intensificou cada vez mais. Para Pires, Carvalho e Xavier (2020, p. 02). “A chegada da pandemia ao país agravou as desigualdades de uma conjuntura na qual trabalhadoras(es) acumulam perdas relevantes de direitos trabalhistas e previdenciários”. Ainda para as autoras:

As desigualdades sociais perpassam dimensões fundamentais para análise da evolução e mitigação da COVID-19 no contexto brasileiro. Populações de baixa renda, distribuídas de forma heterogênea pelas regiões do país, apresentam maior exposição ao novo coronavírus devido aos aglomerados urbanos, restrição ao saneamento básico, dependência de transporte público e nível de acesso aos serviços de saúde. Nesse cenário, a desigualdade social e a elevada pobreza e miséria existentes no Brasil constituem um sinal de alerta maior quando comparados com outros países (PIRES, CARVALHO, XAVIER, 2020, p. 08).

Portanto, a pandemia teve como resultados a fragilidade nos sistemas de saúde, sanitários, econômicos, sociais, a negação da vacina e a teoria de contaminação em massa, geraram um caos no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como em muitos hospitais privados. Isso afetou e fragilizou ainda mais a vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social e, principalmente, dos

jovens de periferia que antes da pandemia já viviam uma condição desfavorável. Para Rossi trata-se (2021, p. 104), “[...] das posturas e discursos negacionistas do presidente da república e de seus seguidores; da não aderência da maioria da população às medidas de prevenção e isolamento, bem como da ausência de políticas públicas consistentes contra a propagação do vírus”.

Para que, de fato, exista protagonismo juvenil é necessário a possibilidade para atuação cidadã dos jovens na luta contra as desigualdades e por suas realizações. Ainda a participação de jovens no enfrentamento de situações em seus contextos de desenvolvimento nas instituições de apoio, pode possibilitar condições para a construção de sua identidade pessoal e social. Dessa maneira, o protagonismo juvenil recebe diferentes sentidos e conceitos, como, por exemplo, participação, consciência e responsabilidade social, identidade, autonomia e cidadania e, no sentido de cidadania ou desenvolvimento para cidadania, pode gerar forma de motivar os jovens adolescentes para transformação e emancipação.

O exercício dessas práticas de participação, cotidianamente, é um elemento que pode favorecer ou limitar o aprendizado e a condição de exercício e disputa por espaços participativos e protagonistas em outras instâncias, para além do contexto escolar.

Ainda que, no Brasil, o ECA tenha oficialmente estabelecido a Doutrina da Proteção Integral, a extinta Doutrina da Situação Irregular permanece muito presente através de práticas e discursos fortemente enraizados na sociedade, que competem com o novo paradigma e que não legitimam a participação social e o protagonismo das crianças e jovens (SOUZA et al, 2010, p. 190).

Para Margulis e Uresti (1982), “reconocer la existencia de jóvenes no juveniles -como es, por ejemplo, el caso de muchos jóvenes de sectores populares que no gozan de la moratoria social y no portan los signos que caracterizan hegemónicamente a la juventude”. (p. 06). Desse modo, esses jovens em específico vivenciam realidades diferentes da juventude das classes mais abastadas. Assim, sobrevivendo com uma moratória social insuficiente para viver sua juventude, ao procurarem ajuda na instituição tem como objetivo combater a condição de precariedade vivida por esses jovens, que buscam ações e táticas emergentes em conjunto com as educadoras para enfrentar as tensões vivenciadas pelos educandos.

### Considerações finais

O objetivo principal deste artigo foi trazer reflexões acerca das vivências de jovens da periferia de São Leopoldo (RS), que contaram com as redes de apoio durante o pior momento da pandemia no Brasil. Estes se mobilizaram para que esses espaços fossem reorganizados para atender suas demandas. Os educandos que não tinham acesso a internet e não estavam entendendo os exercícios entregues pela escola buscaram locais como o SCFV, que também serviu como um espaço de escuta individual, no qual os educandos trouxeram diversos relatos dos desafios e dificuldades que estavam enfrentando em um dos piores momentos da pandemia.

Dessa forma, esses jovens construíram um coletivo entre os educandos que tinham acesso a internet, comunicavam as famílias dos educandos que não tinham acesso ou telefone com informações referente a entregas de cestas básicas, assim como produtos de higiene. E assim também, organizando horários de atendimento aos educandos que precisavam de atendimento individualizado. Movimentos esses que, de certa forma, aproximam alguns jovens, pois as desigualdades ficaram ainda mais perceptíveis, fazendo com que os educandos fossem ainda mais resistentes e o sentimento de empatia se fortalecesse entre eles.

Considerar as ações coletivas juvenis permite que os jovens das classes populares reflitam sobre experiências cotidianas e desenvolvam táticas para transformar suas realidades. As ações protagonizadas pelos jovens foram marcadas pelas trocas sociais. Para Dayrell (2007, p.1111), “A turma de amigos” é uma referência na trajetória da juventude: é com quem fazem os programas, “trocamos ideias”, buscamos formas de nos afirmar diante do mundo adulto, criando um “eu” e um “nós” distintivos. Assim também, para reforçar o sentido de identidade, pertencimento e sobrevivência na periferia.

Nessa perspectiva, é preciso reconhecer as mobilizações dos jovens da periferia para enfrentar os desafios causados pela pandemia. Desse modo, os jovens das classes populares vão resistindo e se mobilizando em relação ao silenciamento e opressão do Estado, se consolidando como indivíduos e coletivo nessa sociedade que hoje não representa a grande maioria. Na perspectiva de um futuro, na qual as políticas públicas sejam pensadas para os jovens de comunidades empobrecidas que a única balbúrdia seja dos gritos de felicidade dos jovens de periferia ao verem seus nomes nos listões das universidades públicas.

## Referências

- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975.
- CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 de mai. de 2023.
- FRIGOTTO, G. A gênese das pandemias e o desafio à concepção dominante de natureza humana, conhecimento e educação. *ORG & DEMO* (Marília), v. 22, n. 2, p. 17-38, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/12683> Acesso em: 15 de mai. de 2023.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16, n. 47, p. 333-513, mai.-ago., 2011. Disponível em: [http://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios\\_catedras/praticas\\_profesionales/788\\_salud\\_adol/material/juventud\\_mas\\_que\\_palabra.pdf](http://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/praticas_profesionales/788_salud_adol/material/juventud_mas_que_palabra.pdf) Acesso em 15 de mai. de 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais 2018: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 01 de set. de 2022.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINTO, L.; GALZERANO, L. Educação e pandemia: atividade essencial, finalidade supérflua? *ORG & DEMO* (Marília), v. 22, n. 2, p. 39-58, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/12533> Acesso em: 15 de mai. de 2023.
- PIRES, L. N.; CARVALHO, L.; XAVIER, L. L. COVID-19 e desigualdade no Brasil. *Cebes*, 6 abr. de 2020. Disponível em: <http://cebes.org.br/2020/04/covid-19-e-desigualdade-no-brasil/> Acesso em 15 de mai. de 2023.
- ROSSI, T. Isolamento, interação e socialização: uma abordagem sociológica da suspensão da educação presencial na formação de crianças e adolescentes. *ORG & DEMO* (Marília), v. 22, n. 2, p.103-118, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/12452> Acesso em: 15 de mai. de 2023.
- SANTOS, K.; LEMES, M. O sentido do trabalho educativo no campo social. *The educacional work meaning in social field: Série-Estudos, Campo Grande, MS*, v. 21, n.43, p.45-67, set./ dez. 2016. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/912> Acesso em: 15 de mai. de 2023.
- SARAVÍ, G. A. *Juventudes fragmentadas: socialización, clase y cultura en la construcción de la desigualdade*. Flaco: México: CIESAS, 2015.

SILVA, J.A.; ANDRADE, M. C. P.; MOTTA, V. C. A oportunidade empresarial em meio à crise sanitária: a regulação do Sistema Nacional de Educação como golpe fatal para a educação brasileira. *ORG & DEMO* (Marília), v. 22, n. 2, p. 59-80, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/12562> Acesso em: 15 de mai. de 2023.

SOUZA, A. P. L. et al. Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*/ Bogotá (Colômbia), v. 28, n. 2, p. 178-193, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v28n2/v28n2a3.pdf> Acesso em: 15 de mai. de 2023.

SCHLACK, E.; ARAUJO, K. Espacio público: registros alternativos para pensar y construir el espacio público en ciudades de Latinoamérica. *Revista INVI*, v. 37, n. 106, p. 1-23, 2022. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-83582022000300001&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-83582022000300001&script=sci_arttext) Acesso em 15 de mai. de 2023.